

Anexo V: Relatórios dos Pilares

ÍNDICE

I.	Relatório do Pilar: Pobreza e Gestão Macroeconómica.....	2
II.	Relatório do Pilar: Governação	12
III.	Relatório do Pilar: Desenvolvimento Humano e Social.....	15
IV.	Relatório do Pilar: Desenvolvimento económico	17
V.	Relatório do Pilar: Assuntos Transversais.....	19

I. Relatório do Pilar: Pobreza e Gestão Macroeconómica

- 1) Análise dos Assuntos de Atenção Especial da Revisão Anual de 2010, para a área de gestão macroeconómica;
- 2) Lista de estudos planificados para 2011;
- 3) Indicadores do QAD 2010 em risco de não serem atingidos;
- 4) Análise do Orçamento do Estado 2011.

Sumário

Os **assuntos de atenção especial** da Revisão Anual de 2010 na área económica reflectem em grande parte a preocupação de garantir uma análise aprofundada da dinâmica da pobreza em Moçambique, visando orientar a definição de políticas eficazes para a redução da pobreza de modo a assegurar um crescimento económico sustentável e inclusivo, através da criação e expansão de emprego, o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a maximização dos benefícios do investimento público.

Os resultados da 3ª Avaliação da Pobreza revelaram um impacto limitado no país nos níveis de pobreza medidos pelo consumo, nos últimos seis anos, particularmente nas áreas rurais. Eventos mais recentes desencadeados pelo aumento dos preços destacaram também a vulnerabilidade das camadas mais pobres da população e a sua incapacidade de fazer face aos choques externos, sendo as suas causas avaliadas como essencialmente estruturais, como por exemplo o (sub)desemprego que permanece a níveis elevados em todo o país e o crescimento económico que não tem sido pró pobre.

O PARP 2011-14, em fase inicial de elaboração, deverá responder a estes desafios. A sua abordagem dá maior enfoque aos principais determinantes de crescimento inclusivo e de base alargada, centrando-se no aumento da produtividade agrícola, do emprego e de desenvolvimento do capital humano e social. No entanto o seu desenvolvimento ainda carece de definição e análise mais aprofundada de políticas e estratégias eficazes para atingir os objectivos de redução da pobreza. O seu uso efectivo será também um desafio, sendo importante que as ideias contidas no novo PARP sirvam de inputs para a elaboração e revisão do PES e do seu relatório de balanço, assim como dos orçamentos anuais para este quinquénio.

O OE2011 e o CFPM 2011-14 continuam a dar uma grande importância ao investimento em infra estruturas públicas, como factor catalizador do desenvolvimento, reflectida no aumento continuado do seu peso no total da despesa e em relação a outros sectores prioritários. Ambos instrumentos de planificação enfatizam projectos de investimento de grande escala, mas os mecanismos de financiamento não estão totalmente claros. A possibilidade do seu financiamento com recurso a crédito não concessional ou através de PPPs, requer uma maior atenção sobre os mecanismos para assegurar o desenvolvimento e fortalecimento das devidas precauções e instrumentos para o uso destas formas de financiamento com prudência, garantindo o valor económico e produtividade dos investimentos, a minimização dos riscos fiscais e a garantia de transparência e prestação de contas.

Em face do grande desafio que representa o HIV/SIDA para a sustentabilidade e eficácia dos esforços de desenvolvimento no país, nota-se que este tema ainda não é abordado de forma específica no OE 2011 nem integrado de forma sistemática nos planos sectoriais. O CNCS está a trabalhar com os sectores no desenvolvimento de planos operacionais Sectoriais, que

consistem na integração das direcções estratégicas daquele documento nas acções e mandatos dos vários sectores, assegurando assim a transversalidade do tratamento das matérias ligadas ao HIV/SIDA.

Relativamente ao assunto de atenção ao processo de implementação e impacto orçamental da política salarial, foram feitos alguns esclarecimentos, contudo poderia ser melhorada a transparência na composição da linha orçamental para salários, assim como a informação quantitativa sobre funcionários. É no entanto bem-vindo o compromisso do governo para um maior desenvolvimento do uso do e-SISTAFE e do e-CAF para permitir maior clareza e informação actualizada. O aumento da conta de salários no orçamento de 2010 e 2011 em proporção à despesa total, implica a necessidade de continuação de monitoria da sua sustentabilidade num contexto macroeconómico e fiscal mais amplo.

No que se refere ao fortalecimento do sistema de procurement, a UFSA relata progressos feitos no reforço de acções de capacitação das UGEAs, para melhorar a implementação do processo de contratações públicas, em particular, no uso adequado do ajuste directo.

A disponibilidade atempada de informação estatística e analítica crucial para o alinhamento com o ciclo de planificação e para o seu uso efectivo na elaboração de políticas e sua monitoria, mostrou ser uma preocupação importante, em particular devido ao atraso na publicação dos resultados do IOF e a deficiente planificação dos vários inquéritos realizados recentemente.

A lista dos **estudos** planificados para 2011 é apresentada em anexo.

Os **indicadores do QAD 2010** cujas metas correm o risco de não ser atingidas são: i) o indicador 3 sobre o alinhamento entre o a alocação no OE e o CFMP; e ii) o indicador 4 sobre a realização do estudo PETS no sector de Saúde.

A análise sobre o **Orçamento de Estado 2011** é apresentada na secção 4 deste relatório, tendo sido o sumário directamente incluído no texto do Aide Memoire.

1. Assuntos de atenção especial da Revisão Anual de 2010

Os assuntos de atenção especial sob a responsabilidade de reporte do pilar de pobreza e gestão macroeconómica cobrem vários temas abaixo apresentados, sendo alguns deles somente parcialmente, devendo ser completados por contribuições de outras áreas. A avaliação de progresso é apresentada a seguir, com referência aos parágrafos do Aide Memoire da RA-2010:

(Par 12) Assegurar a sustentabilidade da taxa de crescimento económico e tomar medidas para garantir que o crescimento económico e o desenvolvimento rural em particular tenham impacto nas camadas pobres e desfavorecidas através da criação e expansão de empregos; acelerar a melhoria do ambiente de negócios e do apoio às pequenas e médias empresas; e melhorar o processo de selecção e priorização de projectos de investimento público visando maximizar os benefícios associados a criação de emprego e redução da pobreza.

O lançamento do Terceiro Relatório de Avaliação da Pobreza em Setembro de 2010 revelou um impacto limitado nos níveis de pobreza no país na base do consumo das famílias, nos últimos seis anos, particularmente nas áreas rurais. As manifestações em Maputo no início de

Setembro destacaram também a vulnerabilidade dos grupos marginalizados e as suas incapacidades de lidar com choques externos. Embora desencadeadas pelo aumento dos preços, as causas dos distúrbios foram avaliadas mais como estruturais, como (sub)desemprego que permanecem elevados em todo o país e o crescimento económico não tem sido pró pobre.

Este assunto deverá ser abordado de forma geral no contexto da elaboração do PARP 2011-13, a ser concluído em Março de 2011. A sua abordagem dá maior enfoque aos principais determinantes de crescimento inclusivo e de base alargada, centrando-se no aumento da produtividade agrícola, do emprego e de desenvolvimento do capital humano e social. No entanto o desenvolvimento do seu conteúdo em termos de garantia de sustentabilidade na criação de emprego e redução da pobreza ainda requer análise e discussão adicional, assim como o aprofundamento em algumas áreas.

O OE2011 e o CFPM 2011-14 continuam a dar uma grande importância ao investimento em infraestruturas públicas, como factor catalizador do desenvolvimento económico, e o peso das infraestruturas no total do orçamento e em relação a outros sectores prioritários continua a aumentar. Ao mesmo tempo, a inicialmente prevista expansão do investimento público foi de certa forma reduzida, no contexto da contenção fiscal geral. Ambos instrumentos de planificação enfatizam os projectos de investimento de grande escala considerados importantes, mas os mecanismos de financiamento não estão totalmente claros. As iniciativas tomadas pelo governo para o financiamento de tais investimentos com recurso a novas fontes de financiamento, como através de PPPs ou o uso de crédito não concessional, requerem a manutenção da atenção sobre os mecanismos para assegurar o desenvolvimento e fortalecimento das devidas precauções e instrumentos para que estas formas de financiamento sejam usadas com a devida prudência garantindo o valor económico e produtividade dos investimentos, a minimização dos riscos fiscais e a garantia de transparência e prestação de contas.

O OE e o CFMP abrem a possibilidade de uso de meios de investimento público para a criação de emprego e estão previstos alguns fundos para o PERPU. O estabelecimento e funcionamento dos mecanismos para esse fim ainda precisam de ser melhor definidos e avaliados. O uso de medidas para facilitar e apoiar o papel das empresas locais na contratação para projectos de grandes investimentos poderia ser mais desenvolvida.

(Par 13) Aprofundar a análise e compreensão da dinâmica da pobreza em Moçambique visando orientar a definição de políticas eficazes para redução da pobreza, visto que o cruzamento da informação dos Inquéritos dos Indicadores Múltiplos (MICS) e Trabalhos de Inquérito Agrícola (TIA) mostram o aumento da desigualdade em termos de renda e de acesso aos serviços básicos, nos meios urbano/rural.

O IOF 2008-09 indica uma esatbilidade de desigualdade no tempo (entre 2003 e 2009) e em conjunto com os dados do MICS e do TIA, levantam realmente um grande desafio para a continuação da redução da pobreza em Moçambique, em particular para a abordagem eficaz das vulnerabilidades económicas e sociais que permitam um crescimento mais inclusivo com redução das desigualdades de renda e de acesso a serviços básicos. O IOF 2008-09 traz informação rica e importante para um melhor entendimento sobre a dinâmica da pobreza, mas se mantém ainda a necessidade de um maior aprofundamento, assim como o desafio para a tradução efectiva desse conhecimento em políticas eficazes de combate à pobreza, que deve ser alimentado por uma discussão explícita dos principais elementos de política económica e social que devem ser revistos ou melhorados para atingir esses objectivos. Esta informação

deverá ser complementada e aprofundada com um programa de estudos e análises específicas a serem desenvolvidas em várias áreas, em coordenação com o MPD.

(Par 14) Garantir a incorporação, no próximo Plano Operacional do Governo, de medidas eficazes de combate a pobreza.

No contexto do novo PARP em fase inicial de elaboração, reconhece-se que os novos objectivos principais foram identificados entre os com maior potencial de impacto positivo no combate à pobreza. Todavia, permanece ainda o desafio de transformar uma série de bons objectivos em medidas eficazes de redução da pobreza. De modo a garantir o seu uso efectivo, considera-se importante que as ideias contidas no novo PARP sirvam de inputs para a elaboração e revisão do PES e do seu relatório de balanço, assim como do OE para este quinquénio. No âmbito da operacionalização do PARP está a decorrer o desenvolvimento do PEDSA (Plano Estratégico de desenvolvimento do sector agrícola) e os seus instrumentos operacionais. Prevê-se a promoção de empreendimentos intensivos em trabalho.

(Par 15) Assegurar o processo de publicação, dentro dos prazos estabelecidos, os resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF).

Deve-se salientar o atraso em quase um ano na apresentação da análise dos dados do IOF realizada pelo MPD. Os primeiros dados do IOF tinham de ser disponibilizados pelo INE em meados de 2009. No entanto, devido a atrasos na sua preparação, só foram entregues ao MPD no fim do primeiro semestre de 2010. Os prazos aqui referidos são os prazos previstos no Plano estratégico do INE para a realização do inquérito. O prazo indicado pelo Aide Memorie continua a ser considerado o mais apropriado para uma análise profícua dos resultados obtidos. As razões indicadas para o atraso acumulado referem-se a problemas na codificação, digitação e análise básica dos resultados. Adicionalmente, pode ser também mencionada uma planificação deficiente sobre os vários inquéritos (Censo, MICS e IOF), que decorreram quase paralelamente sem ter os adequados recursos humanos. Assim, uma melhor calendarização do inquérito junto a uma melhor planificação do trabalho interno das instituições envolvidas no processo, continua a ser de primária importância para um correcta e atempada monitoria.

(Par 16) Assegurar o alinhamento do Plano Estratégico do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) com o Ciclo de Planificação do Governo com vista a influenciar a elaboração de políticas; assegurar a revisão da matriz de indicadores de desempenho a luz do novo Plano Operacional do Governo.

O novo plano estratégico do INE decorrerá desde 2013 até 2017, e a preparação começará já ao longo de 2011. Nesta fase, considerando os problemas e os atrasos encontrados nestes últimos anos, será necessária uma maior coordenação para planificar a realização dos inquéritos principais em harmonia com as exigências de monitoria do plano do governo. Isto não implicaria somente uma maior frequência do IOF, em princípio trienal, mas também uma harmonização dos vários inquéritos usualmente realizados de forma que possam captar as varias dimensões dos efeitos das políticas do governo nos vários momentos da sua implementação. De qualquer forma, não sendo o inquérito a única forma de recolha de dados, seria igualmente importante reforçar os sistemas administrativos de dados assim como a produção a nível distrital, normalmente não significativamente representada nos inquéritos.

(Par 17). Assegurar que os sectores na sua planificação e orçamentação integrem acções no âmbito da nova estratégia do HIV&SIDA.

O CNCS, depois da aprovação do novo Plano Estratégico nacional de Combate ao SIDA, PENIII, pelo Governo, está a trabalhar com os sectores no desenvolvimento de planos Operacionais Sectoriais, que consistem na integração das direcções estratégicas daquele documento nas acções e mandatos dos vários sectores, assegurando assim a transversalização do tratamento das matérias ligadas ao HIV/SIDA. Este exercício está a ser levado a cabo simultaneamente ao nível das províncias, ao que se seguirá em 2011 o nível distrital.

O tema de HIV/SIDA não é abordado de forma específica no OE 2011. No entanto, no âmbito do orçamento, a despesa em HIV/SIDA tem estado a ser cada vez mais integrada no orçamento do sector de saúde e menos incluída como linha orçamental explícita. Será importante verificar até que ponto existem programas específicos orçamentados para o HIV/SIDA na nova estrutura do Orçamento.

(Par 18). Assegurar e melhorar o diálogo entre o Governo e os Parceiros sobre a implementação e impactos da Política salarial a médio prazo.

Foram feitos alguns sobre a disponibilidade de informação sobre o processo de implementação e o impacto orçamental da política salarial. Contudo, a transparência na composição da linha orçamental para salários poderia ser ainda melhorada, assim como a informação quantitativa sobre funcionários (número de pessoal, novos recrutamentos, saídas/demissões). É no entanto bem-vindo o compromisso do governo para um maior desenvolvimento do uso do e-SISTAFE, cobrindo o nível central e começando a expansão para o nível provincial, e do e-CAF para permitir maior clareza e informação actualizada sobre estes aspectos. A conta de salários no orçamento de 2010 e 2011 foi aumentando em proporção à despesa total, implicando a necessidade de continuação de monitoria da sua sustentabilidade num contexto macroeconómico e fiscal mais amplo. Neste quadro, considera-se positiva a decisão do Governo de visitar a estratégia de implementação da política salarial, como expresso no compromisso do Governo no contexto do programa com o FMI.

(Par 19). Reforçar o processo de descentralização através de capacitação na base, elaboração e comunicação dos critérios para a locação de recursos, melhoria da gestão de finanças públicas, bem como do sistema de monitoria e avaliação ao nível local.

Verifica-se um aumento significativo nas despesas correntes das províncias e distritos. No entanto permanecem algumas questões sobre até que ponto isso significa um poder adicional de decisão para os distritos ou simplesmente uma mudança administrativa. Também se coloca a questão sobre como foram consideradas as questões de capacidade e condições existentes (acesso ao sistafe, sistema bancário, etc) para esta decisão. Mantém-se no entanto a preocupação sobre as desigualdades observadas na alocação territorial (despesa social per capita do governo em diferentes províncias). No entanto a despesa social per capita é só um indicador mas não deve ser o único critério, dado que parte da despesa de investimento relativa a projectos que são implementados a nível distrital e provincial está orçamentada ao nível central.

Nota: ponto a ser complementado pelo grupo de descentralização.

(Par 20). Reforçar as acções de capacitação das UGEAs, com destaque para o nível local, com vista a melhorar a implementação do processo de contratações públicas, em particular, no uso adequado do ajuste directo.

O Governo comprometeu-se com a elaboração de uma estratégia de formação e capacitação reforçado, e com a elaboração dos TORs para o desenvolvimento de uma carreira de

contratações públicas e certificação de peritos em contratações públicas. A UFSA relata que foi feito um progresso substancial para a realização destes dois compromissos.

(Par 21). Aprofundar o carácter programático e a previsibilidade da ajuda externa de curto e médio prazo; reduzir o número de missões; melhorar o uso dos sistemas nacionais em linha com o desenvolvimento destes; melhorar o registo dos projectos bilaterais no orçamento do estado; canalização dos respectivos recursos através da conta única do tesouro; melhorar os desembolsos para o financiamento dos projectos e melhorar a prestação da informação sobre os mesmos.

Notou-se uma mudança relativamente limitada no uso dos sistemas nacionais (execução orçamental, CUT) por projectos, apesar dos esforços feitos pela Direcção do Tesouro. O Governo deverá clarificar melhor os procedimentos e a sua comunicação. Um maior esforço de marketing e encorajamento é necessário da parte do Governo e é necessário que mais parceiros se comprometam a fazer esta mudança. A captura no orçamento e nas contas do estado de projectos externos que não fazem uso da CUT continua um desafio, e o progresso nesta área é lento.

Os parceiros precisam renovar o cometimento e dobrar os esforços para a melhoria da previsibilidade da ajuda externa; e da sua incorporação e alinhamento com os sistemas nacionais. É preciso fazê-lo de forma conjunta e atempada, com todas as instituições nacionais envolvidas.

Se, por um lado, a ajuda programática tem estruturalmente garantido o cumprimento dos padrões requeridos de previsibilidade e alinhamento, o mesmo não pode ser dito pela ajuda a projectos. Para além dos assuntos ligados à CUT, parece necessário voltar a investir mais energias na inscrição dos projectos no orçamento (*on-budget*), segundo os procedimentos e nos prazos estabelecidos pelos órgãos competentes. Os projectos *off-budget* continuam sendo uma das áreas mais fracas de previsibilidade nas finanças públicas, podendo acabar para influenciar a alocação de recursos internos (menos recursos externos, mais internos e vice-versa). No âmbito do número de missões não houve nenhuma informação até ao presente momento. Nesses aspectos, o papel dos doadores é crucial.

Uma das razões para o fraco avanço nesse âmbito pode ser a falta de incentivos para os PAPs melhorarem o seu desempenho. Dever-se-á em conjunto analisar um melhor sistema de incentivos mútuos.

(Par. 22). Rever a matriz do QAD dos PAPs e os indicadores nela contidos na Reunião de Planificação do QAD; implementar as recomendações contidas no Relatório Independente sobre o Desempenho dos PAPs.

Uma recomendação chave do Relatório Independente sobre o Desempenho dos PAPs e que o Governo precisa tomar liderança sobre o processo de avaliação.

Na perspectiva de evitar duplicação e dados contraditórios, o Governo decidiu conduzir o Inquérito 2011 sobre as metas da Declaração de Paris e a avaliação sobre o Desempenho dos PAPs 2011 paralelamente. Por outras palavras, ambos questionários (Inquérito 2011 e Avaliação dos PAP's) serão conduzidos no mesmo momento. O Governo lançou em Novembro 2010 um concurso para contratação de um consultor para assegurar a realização destes dois exercícios. Os Parceiros indicaram que os indicadores devem ser mantidos para a avaliação de 2011, contudo estão a trabalhar numa nova proposta para indicadores 2012.

(Par 23). Avaliar e melhorar a estrutura e o modo de funcionamento dos Grupos de Trabalho.

O sistema dos Grupos de Trabalho necessita ser modificado no âmbito da nova abordagem do PARP por objectivos prioritários. O processo de analisar a melhor maneira de trabalho está neste momento em curso.

(Par 24). A Revisão Anual notou a necessidade de uma Política Nacional de Cooperação cuja implementação contribuirá para a coordenação da eficácia da ajuda, bem como o desenvolvimento de acções para assegurar o progresso na área de governação.

A Política Nacional de Cooperação foi publicada no BR de 30 de Agosto 2010. Esta Política contem uma Estratégia de implementação, mas carece dum Plano de Acção. Está previsto a sua elaboração em 2011.

2. Estudos Planificados para 2011

2.1. Estudos em curso

Durante o ano 2011 deverão terminar os seguintes estudos na área de gestão de finanças públicas: i) Avaliação PEFA, já iniciada e que deverá ser apresentado à Revisão Anual de 2011; ii) Estudo de Pesquisa e Localização de Despesas Públicas (PETS) no sector de Saúde, que está atrasado em mais de 1 ano, devendo impreterivelmente terminar em 2011.

2.2. Estudos de aprofundamento para o PARP 2011-14

No contexto do Observatório de Desenvolvimento de Novembro 2010, foram propostos os seguintes temas de aprofundamento:

- i) Análise geral sobre os desafios mais relevantes em torno da indústria extractiva (mega-projectos), considerando em particular os seus efeitos sobre a economia, potencial para interligação com aumento de emprego e crescimento de base alargada, potencial de Dutch Disease.
- ii) Análise da natureza redistributiva da política fiscal: até que ponto as políticas tributária e orçamental são ou não progressivas e o seu impacto e potencial para contribuir para o objectivo de crescimento, emprego e desenvolvimento de PMEs.

2.3. Outros estudos

i) O Grupo PAMS planeia elaborar um estudo sobre a análise da Pobreza em Moçambique. Este estudo terá a particularidade de considerar os aspectos não monetários da pobreza, tais como o acesso aos serviços, segurança alimentar, etc. Os objectivos específicos a serem considerados incluem assuntos como a avaliação das mudanças nos padrões de pobreza nos últimos 10 anos; a análise das causas da pobreza reportadas nos passados 10 anos; a análise das principais características da pobreza urbana e rural; a análise da distribuição geográfica da pobreza; a análise das mudanças estruturais, económicas e sociais com relação a pobreza em Moçambique nomeadamente no concerne aos aspectos relacionados com o mercado de trabalho; do valor acrescentado, da estrutura da participação no mercado externo, da distribuição da renda; da distribuição regional dos aspectos do género; a análise das políticas sendo seguidas no combate a pobreza; a análise das características da pobreza rural e urbana e a análise das implicações políticas das conclusões deste estudo.

- ii) Em coordenação com a agenda e plano de trabalho da DNEAP, e tentando complementar a análise da pobreza assim como os principais desafios e potencial para um crescimento inclusivo e de base alargada, poderão ser definidos e realizados outros adicionais.

3. Indicadores do QAD 2010 em risco de não serem atingidos

No pilar de Pobreza e Gestão macroeconómica, dois indicadores têm as metas em risco de não serem atingidas em 2010. estes indicadores são:

- i) Indicador 3 – Alocação no Orçamento do Estado em linha com o CFMP. Como aconteceu em períodos anteriores, segundo os critérios definidos na nota técnica para este indicador, não há evidência que a meta possa ser atingida.
- ii) Indicador 4 - Pesquisa e Localização de Despesas Públicas (PETS) executada numa base bianual. A meta para 2010 é de ter os TORs definidos e o trabalho de campo iniciado para aplicação do PETS no sector de Saúde. Até à data da conclusão da RP de 2010, os TORs de referência ainda não estão definidos e é muito pouco provável que o trabalho de campo tenha iniciado antes da próxima Revisão Anual em Abril de 2010.

4. Análise do Orçamento do Estado de 2011

Esta análise OE 2011 foi elaborada pelos PAPs, mas foi partilhada com o Governo. A maioria dos assuntos foram discutidos com o Governo na Reunião de Análise do Orçamento de 30 de Novembro 2010.

Oportunidade e transparência do processo orçamental

O OE e o PES 2011 foram submetidos à Assembleia da República em Setembro e aprovados em Dezembro de 2010. O processo de aprovação do CFMP 2011-13 é menos claro, mas se assume que foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Setembro 2010 e usado como base para a elaboração da proposta de OE 2011.

A proposta do OE estava disponível on-line, o que facilitou a avaliação deste documento pelas partes interessadas. É encorajador o facto das organizações da sociedade civil e a imprensa continuarem envolvidos na avaliação e discussão das propostas do OE, e se considera também bem-vindo o diálogo entre a Comissão Parlamentar do Orçamento e as Organizações de Sociedade Civil sobre o Orçamento. No entanto, a proposta do PES 2011 não estava disponível on-line, o acesso a este documento estava muito mais restrito. O CFMP não estava disponível ao público. A avaliação recente da transparência orçamental pela *Open Budget Initiative* indicou que há muito espaço para melhorar. Assim, se encoraja o Governo a considerar as possibilidades para fazer tais melhorias.

O ambiente externo influenciou significativamente o OE 2011

Em resposta à crescente depreciação da moeda e da inflação, bem como o impacto de ambos na população (especialmente os pobres urbanos), o governo iniciou a **contenção orçamental** em apoio aos esforços para reduzir as pressões inflacionárias, e ao mesmo tempo criar um espaço fiscal para uma série de medidas para mitigação do custo de vida, mais focalizado nos pobres. Estas medidas foram já iniciadas em 2010, embora sem uma revisão formal do orçamento. Ao mesmo tempo, as receitas continuam a mostrar a sua tendência positiva, sendo estimado no OE2011 um aumento na cobrança de receitas em proporção ao PIB em cerca de 1%.

As perspectivas para a execução do orçamento de 2010, em comparação com o OE 2010 aprovado em Abril de 2010, inclui **uma redução das despesas em bens e serviços e particularmente de investimento interno**, contribuindo para uma utilização muito mais baixa do que o orçamentado do crédito interno. O orçamento para 2011 continua a mesma tendência. A contenção orçamental, na sua forma actual é muito centrada no consumo de bens e serviços. Ao mesmo tempo, nota-se um contínuo aumento gradual das despesas com pessoal.

Os parceiros subscrevem muitos dos objectivos da política salarial do governo, mas o impacto fiscal deverá ser controlado para assegurar a sustentabilidade futura, bem como o equilíbrio adequado das despesas correntes e de investimento, a médio prazo.

Algum espaço fiscal foi criado, assim, para algumas medidas para atenuar o custo de vida, aprovadas a 08 de Setembro de 2010, que incluiu subsídios para o pão e os transportes públicos, limitação do aumento do preço dos serviços públicos, e medidas destinadas a limitar os impostos sobre itens importados de alimentos básicos como arroz, tomate e cebola. Parece que o impacto fiscal dessas medidas tem sido até agora muito limitado, até porque algumas das medidas ainda não estão operacionais (subsídio ao transporte público), ou vai levar algum tempo para se tornar operacional (subsídio de pão). Outras medidas não têm impacto directo sobre o Orçamento do Estado, mas podem influenciar as empresas de utilidade pública e as autarquias. Avaliação do impacto social e distributivo dessas medidas está em curso, o governo pretende rever estas medidas no final de 2010, embora a continuação do subsídio ao pão e transporte público já está previsto no orçamento de 2011.

O impacto fiscal total do subsidio de combustível ainda precisa ser determinado. Também as condições do crédito bancário por meio do qual uma parte significativa dos subsídios foram pago em 2010 não são públicos. Em qualquer caso, os parceiros consideram que é evidente que o impacto fiscal tem sido significativo, limitando as possibilidades do governo apresentar medidas alternativas com um maior impacto social nas camadas mais pobres.

Tendências de alocação sectorial do Orçamento de 2011

A evolução para uma abordagem de orçamentação baseada nos programas significa que o governo já não fornece informações sobre o orçamento sob a classificação usada anteriormente de "sectores prioritários", embora o governo tenha indicado que este seria provavelmente incluído novamente nos relatórios de execução orçamental. O OE também não inclui informação com base no classificador funcional (que também é normalmente incluída nos relatórios de execução orçamental). Assim, esta análise é portanto feita principalmente com base nas tendências de alocação de acordo com os classificadores orgânicos e sobre informações contidas no documento de fundamentação do orçamento.

As prioridades globais permanecem as mesmos de 2010: infra-estruturas (principalmente estradas e electrificação), o gasto social (educação, saúde) e agricultura / desenvolvimento rural. Maior atenção é indicada para a área de desenvolvimento urbano, embora os fundos atribuídos ao PERPU ainda sejam muito modestos.

A execução do orçamento para infra-estruturas em 2010, é susceptível de ser significativamente inferior ao que foi previsto no orçamento de 2010. A despesa relativa às infra-estruturas em 2011 deverá manter-se em consonância com o orçamento anterior. O impacto dos empréstimos não-concessionais sobre o orçamento para infra-estruturas é provável que comece em 2011, mas o documento do orçamento ainda não indica que projectos seriam financiados desta forma. Os parceiros congratulam-se por algumas das medidas de apoio em relação à gestão da dívida e selecção dos investimentos que o governo se comprometeu no seu recente programa com o FMI.

Os gastos com a educação parecem estáveis, mas o mesmo não se verifica com o orçamento da saúde, que reduz o seu peso em termos relativos à despesa global. O documento indica que um montante significativo de orçamento tenha sido atribuído ao PAPA, que é bem-vindo, mas

a avaliação global da alocação para a produção agrícola e o desenvolvimento rural continua a ser difícil de avaliar, porque ela está dispersa por várias unidades orçamentais.

Descentralização e desconcentração

O OE 2011 inclui uma mudança significativa na gestão dos gastos correntes das províncias para os distritos, particularmente na área da educação, e, em menor medida, na saúde e outros sectores. Essa mudança no orçamento da educação parece ser da mesma ordem para todos os distritos.

Distribuição Territorial

Uma avaliação recente ao orçamento de 2011 por uma ONG indica variações contínuas na despesa pública social per capita (em saúde, educação e agricultura) em diferentes províncias de Moçambique, com valores menores de despesa, em geral, para a província da Zambézia. O Governo indica que nestas avaliações não foram incluídas as despesas de investimento (muitas vezes ainda ao nível central) e os esforços de desconcentração e, além disso considera que as decisões de investimento não podem ser tomadas apenas com base em equidade per capita. Ainda assim, os parceiros consideram importante que o governo continue a analisar as razões estruturais dessas variações, de modo a reduzir as assimetrias na alocação orçamental.

II. Relatório do Pilar: Governação

Sumário Executivo

O Governo de Moçambique está a definir programas, políticas e estratégias fundamentais para o desenvolvimento do País e o combate à Pobreza, dos quais, o Programa de combate à Pobreza Urbana, as modalidades para a transferência de competências funções e recursos do Estado para as Autarquias, a Política e Estratégia de Descentralização, a revisão da LOLE, a revisão do pacote Anti-Corrupção, o Plano Nacional de Integridade, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Administração Pública, a Estratégia de Habitação na Função Pública e a Estratégia Nacional de Habitação.

A coerência, a percepção atempada do impacto orçamental, a sustentabilidade destas políticas e a capacidade de adequar a estrutura do Pilar e dos grupos de trabalho à nova visão estratégica do PARP 2011-2014 serão fundamentais para se alcançar os seus objectivos. Neste sentido, o Governo, os Parceiros de Cooperação e a Sociedade Civil, irão nos próximos meses trabalhar nas prioridades e na definição dos indicadores do Pilar da Governação, que melhor permitirão medir os progressos alcançados. No âmbito do PARP, o Governo, os Parceiros de Cooperação e a Sociedade Civil redefinirão até a próxima Revisão Anual as metas e notas técnicas dos indicadores relativos à prestação de serviços públicos, à transparência administrativa e financeira e ao combate à corrupção.

No que diz respeito ao QAD para 2010, no Pilar de Governação do total de 9 indicadores 5 vão provavelmente atingir as metas (1 da RSP, 2 Descentralização, 2 Justiça) e os restantes 4 podem não atingir, mas estão em progresso (1 da Descentralização e 3 da Justiça).

OAD 2011

O Pilar vai ter 6 indicadores no QAD para 2011. Foram mantidos os indicadores 10, 16 e 17 do QAD 2010 e introduzidos novos indicadores relativos aos processos distritais (do PN-PFD), à prestação de serviços e à transparência administrativa e financeira. Foi concordado que no âmbito do processo do PARP, até a próxima Revisão Anual os indicadores relativos à prestação de serviços públicos, à transparência administrativa e financeira e ao combate à corrupção serão revistos.

Assuntos de atenção especial

Na área da **Justiça**, está em curso o seguimento das recomendações resultantes da Auditoria de Desempenho. Apesar dos seus resultados não serem claramente visíveis, as dificuldades constatadas figuram no centro das atenções do Sector, podendo ser superadas no âmbito da estratégia global do reforço da capacidade institucional.

Na área da **RSP**, estava prevista para 2009 a realização duma avaliação sobre: (i) o impacto no fundo de pensões da integração do subsídio técnico no cálculo de pensão; os (ii) efeitos na despesa salarial da integração do subsídio técnico no salário de base e; (iii) impacto da implementação do subsídio de localização, estudos que serão realizados em 2011. Em relação à segunda Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governação em curso, os resultados serão apresentados em Janeiro 2011. Em relação ao envolvimento dos Observatórios de Desenvolvimento e dos CCLs na monitoria local da Estratégia Anti-Corrupção foi elaborado um guião e foram feitas formações em todas as Províncias.

Os esforços em curso no processo de **Descentralização** e na promoção do Desenvolvimento Local precisam ser complementados com a aprovação e implementação da Política e

Estratégia de Descentralização, marco legal e regulamentar chave para o aprofundamento da descentralização no País.

Afiguram-se como desafios importantes a conclusão da revisão da LOLE; o fortalecimento da coordenação intersectorial em todas as abordagens de descentralização e desenvolvimento local; a integração da planificação territorial e sectorial; a melhoria da eficácia e eficiência da gestão dos fundos descentralizados ao nível dos sectores e a continuação da capacitação dos Órgãos Locais. Outros desafios, referem-se à capacitação das lideranças e técnicos dos OLEs, membros dos CCLs e outros actores locais envolvidos na planificação, implementação e monitoria dos processos administrativos; o aceleramento do processo de transferência de competências e funções do Estado para as Autarquias; a capacitação institucional dos municípios, assim como, a mobilização de recursos para a implementação das atribuições a elas acometidas.

Ao nível das Autarquias locais, torna-se importante concluir a elaboração do Programa de combate à Pobreza urbana com foco nas questões de particularidade urbana, com acções claras a ser implementadas a curto e médio prazo.

Desempenho (grau de cumprimento das metas para 2010)

Na área da Reforma do Sector Publico as metas para 2010 incluem: (I) Implementação do subsídio de localização; (II) Aprovação da Estratégia de Habitação na Função Pública; e (III) Aprovação de uma política de pensões. Relativamente às três metas do PAF para 2010, quanto ao subsídio de localização, foi aprovado pelo do Decreto 91/2009 de 31 de Dezembro, encontrando-se na fase de implementação desde o passado mês de Julho de 2010.

A definição da Estratégia de Habitação na Função Publica está pendente da conclusão do processo de elaboração e aprovação da Política e Estratégia Nacional de Habitação, cuja proposta foi já depositada no Conselho de Ministros para apreciação, prevendo-se a sua aprovação no decurso deste ano.

Quanto à Política de Pensões, foi já aprovada pelo Governo, através do Decreto 27/2010 de 12 de Agosto, o regulamento da previdência social dos Funcionários e Agentes do Estado. O Ministério da Função Pública, em coordenação com o Ministério das Finanças vai preparar uma estimativa do custo da Política Salarial de Médio Prazo (PSMP) nos anos 2010 a 2012.

Entre os progressos registados na área da **Descentralização**, até Setembro 2010 destaca-se um nível de execução da despesa que superou as metas do QAD para o caso dos Distritos e das Autarquias e sendo próximas do alcance do limite no caso das Províncias (indicador 10 relativo às transferências fiscais). As metas estabelecidas para 2010 foram elaboradas na base do CFMP 2010-2012, no entanto a Lei de Orçamento 2010 actualizou estabelecendo metas relativamente inferiores.

Em relação ao indicador 11 ainda se mantém a dificuldade de se fazer uma avaliação objectiva e existe o risco da meta não ser atingida até a próxima revisão anual. O indicador apresenta 5 componentes e nos 29 Distritos analisados (dos 45 da amostra), o desempenho foi variável havendo algumas componentes atingidas e outras muito aquém do desejável.

Até o momento de redigir o relatório, o MAE não tem recebido a informação necessária para avaliar o grau de cumprimento da meta do indicador 13, relativo às receitas municipais.

No **Sector de Justiça**, quanto ao indicador 14 (número de casos julgados por ano), no primeiro semestre de 2010 o sistema judicial registou a tramitação de 26.419 processos, contra 23.015 processos de igual período do ano anterior.

Quanto ao indicador 15, sobre o patrocínio e assistência jurídica e judiciária aos cidadãos, o grau de cobertura dos distritos na implantação das delegações do IPAJ foi alargado a mais 20 distritos rurais, dos quais 10 com implantação física e 10 com cobertura ambulatória, elevando-se assim, para 70 distritos com cobertura física efectiva em 2009 para 70 em 2010,

sendo de acrescentar que as de cobertura ambulatoria, passaram de 19 em 2009 para 29 em 2010.

Relativamente ao Indicador 16, sobre o número de processos/casos de Corrupção, entraram 623, acusados 178, abstidos/arquivados 102 e julgados 43. Os restantes, encontram-se em instrução preparatória. Quanto ao Indicador 17, registou-se um total de 47.065 processos, dentre os quais 9.261 transitados do ano passado, 37.804 entrados no ano em curso. Do total de processos instruídos 38.200 foram dentro do prazo e 5.501 fora do prazo, representado cerca de 81.2 % processos instruídos dentro do prazo de instrução preparatória, contra 82% programados.

O indicador 18 sobre o número de casos esclarecidos, indica que durante o período em apreço registaram-se 13.331 crimes, contra 13.872 de igual período de 2009, dos quais foram esclarecidos 11.060, contra 10.958 de igual período em 2009. Assim, a operatividade policial situou-se em 83%, contra 79% de 2008, segundo a fonte, havendo porém de se acordar a base metodológica de análise.

Estudos para realizar

Na área da Reforma do Sector Público em 2011 serão realizados três estudos de avaliação, sobre: (i) impacto no fundo de pensões da integração do subsídio técnico no cálculo de pensão; (ii) efeitos na despesa salarial da integração do subsídio técnico no salário de base e; (iii) impacto da implementação do subsídio de localização.

Nas outras áreas ainda não foram definidos estudos a serem realizados.

Nota sobre o processo

A coincidência entre o processo do PARP e a Reunião de Planificação produziu alguma confusão entre os membros dos grupos de trabalho, resultando em atrasos consideráveis na circulação dos relatórios. O relatório do grupo da Justiça não partilhado foi recebido pelo Pilar no momento em que estava em curso o PAFCoG. Recomenda-se que no futuro os grupos cumpram com os prazos estabelecidos de forma a tornar os processos mais produtivos.

III. Relatório do Pilar: Desenvolvimento Humano e Social

1.Introdução

A Revisão Anual observou progressos em termos do aumento de acesso e da melhoria dos serviços básicos em 2009 que se manifestaram na realização das metas estabelecidas. Permanecem grandes desafios, principalmente na diminuição das disparidades geográficas e de género no acesso aos serviços básicos, para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, assegurar proteção mínima para os mais vulneráveis, bem como desenvolver a capacidade no nível descentralizado.

2.Principais acções ligadas aos assuntos levantados durante a RAC (2010)

O relatório da RAC 2010 não levantou assuntos especiais para o pilar Capital Humano apesar de, ao nível dos sectores, terem sido levantados assuntos específicos de atenção em 2010, principalmente relacionados com as metas não cumpridas em 2009.

Na área de **Educação**, o sector está a dar seguimento às recomendações com enfoque na melhoria da qualidade e do aumento da capacidade ao nível distrital. A melhoria da qualidade de ensino e a capacidade da sua gestão estão no centro das reflexões no contexto da preparação do novo plano estratégico. A discussão sobre uma expansão sustentável do ensino pós-primário tornou-se mais complexa em consequência das reduções orçamentais previstas para os próximos anos. Está em curso a revisão do sistema de financiamento deste nível de ensino, bem como a expansão das possíveis alternativas através, por exemplo, do ensino à distância.

O sector da **Saúde** começou a operacionalização do Plano Integrado para o Alcance dos ODM 4&5, cujas acções foram inseridas no PES 2011 com vista a expandir a realização de partos humanizados de 34 maternidades em 2009 para 40 em 2011. O Plano Multisectorial para a redução da malnutrição crónica de médio a longo prazo está em implementação. Estão em curso actividades conjuntas entre o MISAU e os Parceiros de Cooperação (GT-GFP) para melhorar a execução financeira dos projectos verticais e para facilitar os desembolsos do Fundo Global.

Conforme a Avaliação Conjunta 2010, o sector de **Água e Saneamento** está a rever os parâmetros para o cálculo da cobertura de água e saneamento de modo a que os dados reflectam melhor a situação real no contexto da matriz do PARP 2011-2013. No sector ainda permanecem os problemas com as dívidas resultantes do não pagamento do IVA e das participações, embora tenha havido progressos com cerca de 10% da dívida sendo liquidada em 2010. A descentralização ao nível apropriado está sendo estrangida pelas restrições na contratação de técnicos ao nível de Províncias e dos Distritos.

Na área de Acção Social, o número das pessoas mais vulneráveis continua a ser superior ao número dos beneficiários cobertos actualmente pelos programas de protecção social e houve uma perda do poder de compra das prestações transferidas. Ainda falta clareza sobre os critérios de selecção. O sector propõe para 2011 um mapeamento de vulnerabilidades sociais que deverá contribuir para uma melhor definição dos objectivos e critérios de selecção.

Nas outras áreas (habitação e ciência e tecnologia) não foram levantados assuntos, uma vez que falta um diálogo ao nível sectorial nestas áreas.

3. Indicadores e metas

Os sectores da Saúde, Educação e Acção Social concordaram com os indicadores e metas constantes da matriz do QAD apesar de continuarem as discussões ao nível do grupo da Educação sobre a introdução de um indicador de processo que avalie a introdução de um sistema de medição da qualidade de ensino. O grupo de Água e Saneamento propôs novos indicadores e metas como se pode verificar no anexo. A razão para estas modificações no QAD 2011 é que o impacto na saúde e no bem-estar da população no caso de abastecimento de água é mais crítico nas áreas rurais em quanto no caso do saneamento é mais crítico em áreas urbanas. Na área de acção social, as metas foram ajustadas na base dos novos dados de população e dos fundos disponíveis para a implementação do programa.

No contexto da preparação do novo plano estratégico, o sector da educação ainda vai incluir um indicador sobre a área de ensino técnico-profissional para a matriz do PARP até à realização da RAC 2011.

4. Estudos analíticos a serem realizados em 2011.

Educação

Finalização da avaliação do Plano Estratégico do sector da Educação e Cultura 2006-2011
Plano Estratégico para o Sector da Educação 2012-2016

Saúde

Será finalizado o PETS (inquérito sobre o fluxo de fundos e recursos);
Será finalizada a Avaliação Conjunta Anual X;
Iniciar o Inquérito (Quinquenal) Demográfico de Saúde (IDS);
Iniciar a Avaliação Intermédia da implementação de Plano Estratégico do Sector Saúde (PESS).

Água e Saneamento

Estudo de Base de PRONASAR sobre o uso e acesso da povoação à água e saneamento seguros.

Acção Social

Desenvolvimento de um “Mapeamento de Vulnerabilidades Sociais”

IV. Relatório do Pilar: Desenvolvimento económico

Ao longo do último quinquénio, houve avanços significativos no âmbito do desenvolvimento económico consubstanciados pela expansão da rede eléctrica cobrindo actualmente 14 % da população e 89 sedes distritais, expansão dos serviços de internet e telefonia para mais de 20% da população, reabilitação da rede viária e férrea (com destaque para a linha de Sena) e bem como a construção de raiz de infra-estruturas de transporte onde se destacam a ponte Caia-Chimuará sobre o rio Zambeze e a ponte sobre o rio Rovuma. Não obstante, persistem desafios relativos a optimização do transporte marítimo e fluvial. O papel do transporte marítimo de cabotagem em Moçambique perdeu quase que por completo a sua relevância, apesar de o país possuir cerca de 2500 kms de costa navegável e infra-estruturas portuárias adequadas. Existe uma necessidade urgente de prestar atenção a este sector que poderia de forma considerável reduzir os preços dos produtos ao longo do país e tornar a economia mais competitiva, actualmente encarecida pelo transporte rodoviário.

A proporção do crédito ao sector privado tem vindo a aumentar tendo atingido 58,6% em 2009, aliado a uma expansão da rede bancária que cobre actualmente 51 distritos. Não obstante, persiste o desafio de conciliar as medidas de gestão e estabilidade monetárias com a premente necessidade de manter taxas de juro que incentivem o investimento. Por outro lado a criação de mecanismos de prestação de serviços financeiros, e financiamento à economia rural, principalmente as PME's agrárias (crédito e seguro agrícola, fundos de risco e de garantia) constitui ainda um constrangimento à actividade empresarial agrária.

Os desenvolvimento relacionados com a exploração de recursos naturais proporcionam excelentes oportunidades para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas que através de ligações empresariais possam fornecer serviços e produtos aos projectos de grande magnitude. Contudo, o florescimento de um sub-sector de pequenas e médias empresas carece de uma melhoria considerável do ambiente de investimento e de negócios. Neste âmbito as iniciativas legislativas pertinentes que possam afectar o sector produtivo precisam ter sempre em conta o impacto potencial no ambiente de negócios e de investimento; a transversalidade dos assuntos relacionados com o sector produtivo constitui um desafio sério na consecução das reformas tendentes a melhorar o ambiente de negócios e de investimento.

Apesar dos avanços no sector agrário, estes não se fazem ainda sentir na produtividade e rendimento agrários. Dentre os factores importantes destaca-se a o relativo baixo volume de alocação de recursos ao sector, que por sua vez condiciona o investimento em infra-estruturas agrárias de irrigação, investigação agrária bem como o tão necessário treinamento e colocação de extensionistas. Por outro lado persiste a necessidade de maior coordenação intra e inter-sectorial principalmente durante a concepção dos planos estratégicos (estradas, energia, telecomunicações) por forma a priorizar os investimentos infra-estruturais para as áreas de maior potencial económico quer agrário, florestal, turístico ou outro de forma sinérgica. Neste âmbito o sector de agricultura possui uma experiência uso do processo Comprehensive African Agriculture Development Program CAADP que poderá ser melhorada e institucionalizada.

As ligações sinérgicas inter-sectoriais têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento económico multi-sectorial, principalmente em vista da prioridade dada pelo Governo à criação de empregos e aumento da produção e produtividade agrícolas. Neste âmbito a iniciativa do governo de utilização do Corredor (de Transporte) da Beira para o desenvolvimento agrário (Beira Agriculture Growth Corridor) merece destaque, dado o

potencial de imprimir uma nova dinâmica na produção agriária comercial principalmente pelos pequenos e médios produtores.

Em relação aos assuntos transversais, o desenvolvimento económico é seriamente afectado pelas mudanças climáticas que afectam a produtividade dos solos (chuvas cada vez mais escassas ou mais intensas, mais raras ou mais abundantes (não necessariamente desastres naturais tipo cheias ou secas severas) com um impacto nefasto no rendimento das populações e segurança alimentar. A redução dos stocks dos recursos naturais (biomassa e peixe por exemplo) relacionados com o desflorestamento por razões económicas (lenha carvão e madeira) ou climáticas, bem como a existências de cada vez menos recursos piscatórios que se traduzem em capturas marginais cada vez mais decrescentes, põem em risco a auto sustentabilidade das comunidades dependentes destes recursos. Para ambas situações urge adoptar de estratégias de mitigação.

No sector da Agricultura será concluído em 2011 o estudo sobre avaliação do plano de produção de alimentos (PAPA) e uma análise das determinantes da produtividade de agricultura.

V. Relatório do Pilar: Assuntos Transversais

1. Introdução

Avaliação Anual dos Assuntos Transversais olhando para o desempenho em função do compromisso assumidos para o ano de 2009 registou progressos, tendo muitas metas sido alcançadas e ultrapassadas.

2. Principais acções ligadas aos assuntos levantados durante a RAC (2010)

Relativamente a estas matérias, no ponto 6 dos assuntos a considerar nas recomendações do Aide Memoire, para o Grupo dos Assuntos Transversais constava *«Assegurar que os sectores na sua planificação e orçamentação integrem acções no âmbito da nova estratégia do HIV&SIDA»*.

Sobre este aspecto, o CNCS, depois da aprovação do novo Plano Estratégico Nacional de Combate ao Sida, PENIII, pelo Governo, em Março deste ano, está a trabalhar com os sectores no desenvolvimento de Planos Operacionais Sectoriais, que consistem na integração das direcções estratégicas daquele documento nas acções e mandatos dos vários sectores, assegurando assim a transversalização do tratamento das matérias ligadas ao HIV/SIDA. Este exercício está a ser levado a cabo simultaneamente ao nível das províncias.

Na área de HIV/SIDA, o novo Plano Estratégico Nacional de Luta contra o SIDA, PEN III, 2010-2014, foi aprovado pelo Conselho de Ministros, estando já a ser distribuído ao nível nacional e usado como marco referencial no processo em curso da produção de planos operacionais sectoriais. Igualmente, as acções de comunicação para mudança de comportamento e transformação social no quadro de combate ao SIDA estão a ser intensificadas nos meios de comunicação de massas, incluindo ao nível das rádios comunitárias, com as campanhas sobre cuidados a ter com as parcerias múltiplas e concomitantes.

Na área de género assinalam-se progressos em certos sectores na área da violência, com a elaboração do protocolo de atendimento integrado e acções de formação na área de violência, a produção de materiais de Informação Educação e Comunicação, planificação e orçamentação na óptica de género.

No domínio do ambiente, o aquecimento global aliado às Mudanças Climáticas, bem como a agenda do ambiente que contempla rigor e observância dos instrumentos legais na de gestão dos recursos naturais, nos impactos ambientais advenientes dos mega-projectos concentram a atenção do sector.

O programa de desminagem tem o **desafio da mobilização sustentável de recursos financeiros para a** desminagem de todos os objectos económicos e sociais afectados por minas, nomeadamente as torres de alta tensão Maputo-Komatiport, a Linha de Alta Tensão Beira I e II, a Cintura de Cahora Bassa, a linha da fronteira entre Moçambique e Zimbabwe, estradas e pontes e as áreas de elevado potencial agro-pecuário.

A segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem vindo a monitorar as cinco dimensões é da segurança alimentar e nutricional em Moçambique: Disponibilidade de alimentos; Acesso aos alimentos; Uso e Utilização dos alimentos; Estabilidade de Alimentos e Adequação dos Alimentos. Com esses critérios registou que o ano 2009 foi um ano “estável”, devido ao bom desempenho da campanha agrícola de 2008/09, onde registou-se um aumento substancial na

produção e disponibilidade de alimentos na ordem de 13% para a produção de cereais, 6.7% para as leguminosas e 8.5% para a mandioca. Os preços dos produtos alimentares básicos estavam elevados, com incrementos superiores a 150%, entre Março de 2008 e Março, de 2009.

No desenvolvimento rural

Calamidades Naturais

Para além da realização de exercícios de simulação de desastres, ao nível regional e nacional e criação e operacionalização de Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades, bem como o reforço do processo de reassentamento pós cheias no Vale do Zambeze, Búzi e Save, Está a priorizar-se a integração dos indicadores definidos no Plano Director de Prevenção e Mitigação nos Planos Económicos e Sociais e Orçamentos sectoriais, ii) realização de estudos sectoriais específicos sobre o impacto das mudanças climáticas. iii) identificação e mapeamento de zonas de risco, zonas de potencial reassentamento em locais vulneráveis a cada tipo de fenómeno natural.

3. Os indicadores

No grupo dos Assuntos Transversais ainda não houve consensos sobre os indicadores constantes do QAD. Mas surgem grupos que pela importância das temáticas que têm vindo a levar a efeito gostariam de ver seus indicadores também considerados, como é o caso da área de Segurança Alimentar e Nutrição. Outros ainda gostaria de ter indicadores contemplados na matriz geral do PARP.

4. Estudos

Relativamente aos estudos a serem desenvolvidos nesta área, importa referir que está contemplado o impacto de aplicação da Lei 12/2009 de 12 de Março, sobre prevenção da estigmatização de PVHS e da infecção dolosa em Moçambique.